

Uma análise da pré-cobertura da COP30 nos portais de notícias de Mato Grosso sob a perspectiva da justiça climática

Un análisis de la cobertura previa de la COP30 en los portales de noticias de Mato Grosso desde la perspectiva de la justicia climática

An analysis of the pre-coverage of COP30 in Mato Grosso news portals from the perspective of climate justice

FERNANDA FIDELIS¹, JENISSON BARTNISKI²,
NEALLA MACHADO³

Resumo: Este artigo analisa como os portais de notícias de Mato Grosso constroem discursivamente a COP30 em sua pré-cobertura, a partir da perspectiva da justiça climática (Milanez; Fonseca, 2010). Utiliza-se a teoria do enquadramento (Entman, 1993) em diálogo com os conceitos de acontecimento (França, 2014), necropolítica (Mbembe, 2018) e colonialidade (Mignolo, 2017). Adotou-se abordagem qualitativa de 20 matérias publicadas entre janeiro e junho de 2025. Os resultados indicam que, embora a realização da COP30 na Amazônia Legal tenha valor simbólico, a cobertura regional é permeada por estruturas de poder discursivo, limitando o potencial de construção de uma opinião pública crítica orientada pela justiça climática. Conclui-se que o jornalismo local necessita ampliar vozes e narrativas, favorecendo debates sobre desigualdades socioambientais e epistemológicas em Mato Grosso.

¹ Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Email: fernandaffidelis@gmail.com.

² Mestrando em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Email: jenibartniski@gmail.com.

³ Doutora em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMT. Email: nealla.machado@ufmt.br.

Palavras-chave: COP30; Justiça climática; Enquadramento midiático; Desinformação climática; Povos e comunidades tradicionais.

Resumen: Este artículo analiza cómo los portales de noticias de Mato Grosso construyen discursivamente la COP30 en su cobertura previa, desde la perspectiva de la justicia climática (Milanez & Fonseca, 2010). Se utiliza la teoría del encuadre (Entman, 1993) en diálogo con los conceptos de acontecimiento (França, 2014), necropolítica (Mbembe, 2018) y colonialidad (Mignolo, 2017). Se adoptó un análisis cualitativo de 20 reportajes publicados entre enero y junio de 2025. Los resultados indican que, aunque la realización de la COP30 en la Amazonía Legal tiene un valor simbólico, la cobertura regional está atravesada por estructuras de poder discursivo, lo que limita su capacidad de fomentar una opinión pública crítica basada en la justicia climática. Se concluye que el periodismo local necesita ampliar voces y narrativas, promoviendo debates sobre desigualdades socioambientales y epistemológicas en Mato Grosso.

Palabras clave: COP30; Justicia climática; Encuadre mediático; Desinformación climática; Pueblos y comunidades tradicionales.

Abstract: This article analyzes how news portals in Mato Grosso discursively construct COP30 in their pre-coverage, from the perspective of climate justice (Milanez & Fonseca, 2010). It applies framing theory (Entman, 1993) in dialogue with the concepts of the event (França, 2014), necropolitics (Mbembe, 2018), and coloniality (Mignolo, 2017). A qualitative analysis was conducted on 20 news reports published between January and June 2025. Results indicate that, although hosting COP30 in the Legal Amazon carries symbolic significance, regional coverage is shaped by discursive power structures, limiting its potential to foster a critical public opinion based on climate justice. The study concludes that local journalism must broaden voices and narratives, encouraging debate on socio-environmental and epistemological inequalities in Mato Grosso.

Keywords: COP30; Climate justice; Media framing; Climate disinformation; Traditional peoples and communities.

A pré-cobertura da COP30 sob a lupa da justiça climática

Quando, em 1992, as Nações Unidas reuniram chefes de Estado no Rio de Janeiro⁴ para o que ficou conhecido como Cúpula da Terra, o mundo expressava sua crescente preocupação com a degradação ambiental e, sobretudo, com o aquecimento global. Daquele encontro resultou a criação da

⁴ Disponível em: <https://shre.ink/SVE0>. Acesso em: 23 jul. 2025.

Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), composta atualmente por 197 países, ou “partes”, que se reúnem anualmente para promover consensos e acordos em torno da mitigação das mudanças climáticas e do desenvolvimento sustentável.

Em 2025, a Conferência das Partes (COP) será realizada pela primeira vez no Brasil, em Belém (PA), estado pertencente à Amazônia Legal. A realização do evento no Sul Global, e em um território amazônico, representa um marco simbólico importante. Contudo, o Pará lidera historicamente os índices de desmatamento da Amazônia desde o início do monitoramento pelo sistema Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)⁵, sendo Mato Grosso o segundo colocado.

Mato Grosso, por sua vez, concentra o maior mercado do agronegócio brasileiro, responsável por 21% da riqueza nacional nesse setor, com movimentação de R\$ 175 bilhões em 2022, segundo o portal do Governo Federal (2023)⁶. Paralelamente, abriga uma das maiores diversidades socioculturais do país: o estado é berço de 46 etnias indígenas originárias e de um povo indígena imigrante, de acordo com a Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT, 2025)⁷, além de abrigar 12 segmentos de povos e comunidades tradicionais, como quilombolas, ribeirinhos e extrativistas (Lei Ordinária nº 12.371 de 2023)⁸.

Combinando vice-liderança em desmatamento, inserção na Amazônia Legal, intensa diversidade social e desafios ligados à justiça climática, Mato Grosso se configura como um território de complexas disputas. Essas disputas se manifestam não apenas no campo socioambiental, envolvendo o uso da terra, conservação florestal e impactos sobre comunidades tradicionais, mas também no campo discursivo, especialmente na forma como os meios de comunicação enquadram os conflitos, selecionam narrativas e influenciam percepções públicas sobre os riscos ambientais e as responsabilidades climáticas. Em um contexto de crescente atenção global às mudanças climáticas, as decisões tomadas no Estado de Mato Grosso repercutem para além das fronteiras regionais, tornando-se um ponto crucial na luta por justiça climática e equidade socioambiental.

⁵ Disponível em: <https://shre.ink/SVEO>. Acesso em: 23 jul. 2025.

⁶ Disponível em: <https://shre.ink/SVER>. Acesso em: 23 jul. 2025.

⁷ Disponível em: <https://shre.ink/SVEy>. Acesso em: 23 jul. 2025.

⁸ Disponível em: <https://shre.ink/SVEh>. Acesso em: 23 jul. 2025.

O enquadramento, ou *framing*, envolve a seleção de determinados aspectos da realidade e o destaque de elementos nos textos jornalísticos, moldando a forma como o público percebe um acontecimento, problema ou ator social. Segundo Entman (1993), enquadrar significa definir problemas, diagnosticar causas, emitir julgamentos e sugerir soluções. Ao selecionar e privilegiar certos elementos em detrimento de outros, os veículos de comunicação constroem narrativas que influenciam diretamente a compreensão pública de eventos complexos, como a COP30.

Conforme propõe Jesús Martín-Barbero (1997, p. 24), as contradições históricas entre razão e povo revelam como determinados grupos são sistematicamente excluídos do circuito da cultura e da comunicação, mesmo quando são citados, representados ou mobilizados em seu nome. Essa perspectiva evidencia que a legitimidade do discurso público nem sempre implica inclusão real dos sujeitos, mas frequentemente a reprodução de hierarquias simbólicas que organizam quem pode falar, como pode falar e quais saberes são reconhecidos como válidos.

Quando a pauta envolve direitos de comunidades tradicionais, cujos modos de vida dependem diretamente do território, torna-se essencial acionar a noção de justiça climática. Esse conceito orienta tanto políticas ambientais quanto práticas jornalísticas, ao reconhecer a comunicação como agente na defesa de populações mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. Para Milanez e Fonseca (2010), a justiça climática deriva da justiça ambiental e evidencia a distribuição desigual desses impactos entre grupos sociais. Apesar da crescente visibilidade dos efeitos extremos, o debate sobre justiça climática ainda não se consolidou de forma estruturada no Brasil.

Este estudo analisa como os principais portais de Mato Grosso constroem discursivamente a COP30 em sua cobertura prévia ao evento, considerando seu papel potencial como instrumento de formação da opinião pública. A análise será orientada pelo conceito de enquadramento (Entman, 1993), interpretado sob a perspectiva da justiça climática, e busca identificar padrões discursivos, revelar como a desinformação climática pode se manifestar por meio de omissões ou encobrimentos e evidenciar de que forma as narrativas midiáticas reproduzem relações de poder, definindo quem ganha voz e quem é invisibilizado.

A desinformação climática deve ser compreendida no âmbito mais amplo da desordem informacional. Wardle e Derakhshan (2017) afirmam que ela opera pela circulação estratégica de conteúdos falsos ou enganosos que buscam

confundir, polarizar e enfraquecer a confiança pública em instituições e na ciência. No campo ambiental, isso ocorre por meio de narrativas que negam o aquecimento global, minimizam o desmatamento ou tratam eventos climáticos extremos como “alarmismo midiático”, produzindo distorções que dificultam a ação coletiva. Oreskes e Conway (2010) mostram que grupos econômicos, sobretudo ligados aos combustíveis fósseis, organizaram campanhas para desacreditar consensos científicos, fomentando o ambiente informacional que sustenta o negacionismo climático atual⁹.

A análise se apoia em três eixos teóricos complementares. Primeiro, a perspectiva de acontecimento de Renné França (2014), que vê a mídia como produtora ativa de sentidos sociais, e não como canal neutro. Segundo, a necropolítica de Achille Mbembe (2018), que evidencia como o poder define quem vive ou morre, refletindo-se no jornalismo pela inclusão ou exclusão de atores e narrativas. Por fim, a colonialidade de Walter Mignolo (2017), que questiona hierarquias epistemológicas e materiais, revelando a invisibilização de saberes tradicionais, a racialização de impactos ambientais e a subordinação de territórios periféricos ao capital global.

Análise da cobertura midiática: métodos e critérios

A opção por ancorar esta pesquisa nos paradigmas teóricos do acontecimento (França, 2014), da necropolítica (Mbembe, 2018) e da colonialidade (Mignolo, 2017) decorre de uma aposta metodológica e política: compreender a justiça climática não apenas como pauta, mas como régua interpretativa para o jornalismo ambiental. Essa aproximação teórica se justifica pelo fato de que, no Brasil, o discurso da justiça climática ainda encontra resistências e limitações em sua incorporação efetiva nas narrativas midiáticas, como diagnosticam Milanez e Fonseca (2010). Especialmente em Mato Grosso, na capital Cuiabá (origem dos três veículos analisados), um deserto noticioso surge com a escassez de informação local¹⁰ e tende a alimentar um vácuo comunicacional que favorece a desinformação climática, especialmente em coberturas como a da COP30, nas quais o jornalismo

⁹ Disponível em: <https://shre.ink/q0WX>. Acesso em: 17 nov. 2025.

¹⁰ De acordo com o Atlas da Notícia (2025), 35 dos 142 municípios de Mato Grosso não possuem nenhum veículo de cobertura jornalística, o que representa cerca de 200.000 habitantes sem opção de acesso à notícia gerada em seu município. Disponível em: <https://shre.ink/SZ1Y>. Acesso em: 14 set. 2025.

poderia agir como orientador, engajador e veículo de informação para a comunidade local.

Neste sentido, um deserto noticioso (Abernathy, 2018) passa a operar como condição propiciadora de distorções comunicacionais, revelando um argumento central: a ausência ou déficit de cobertura aumenta a vulnerabilidade da esfera pública à desinformação, sobretudo quando a regionalidade (Cuiabá, Mato Grosso) está em jogo, e informa a justiça climática como parâmetro que exige jornalismo antenado à complexidade territorial, às particularidades socioambientais e ao protagonismo dos saberes locais.

A COP30, ao ser noticiada pelos portais de Mato Grosso, não se restringe a um fato em si, mas se transforma em acontecimento a partir da mediação jornalística que lhe atribui sentidos sociais. Conforme lembra França (2014, p. 84), “todos os atores sociais (cidadãos, políticos, agências, instituições etc.) contribuem em conjunto para a construção do inquérito em torno do acontecimento, em um debate público cujos suportes e arena são múltiplos”. Isso significa reconhecer que a mídia não apenas informa, mas constrói a relevância pública dos temas ao definir pautas, enquadramentos e vozes legitimadas. Assim, a cobertura da COP30 torna-se central para o debate sobre justiça climática, podendo ampliar a deliberação pública sobre a crise ambiental ou, ao contrário, restringi-la ao silenciar grupos periféricos e reforçar desigualdades de visibilidade.

O conceito de necropolítica, formulado por Achille Mbembe (2018), permite compreender como o jornalismo e outras instâncias de mediação simbólica podem reproduzir estruturas de poder que decidem quem merece visibilidade e quem permanece na marginalidade civil, social ou simbólica. Segundo Mbembe, “a expressão máxima da soberania reside no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (2018, p. 123), indicando que a necropolítica vai além do direito de matar, envolvendo a criação de “mundos de morte”, nos quais populações inteiras vivem como “mortos-vivos”, condenadas à invisibilidade ou ao sacrifício (Mbembe, 2018, p. 71).

A escolha de Belém, no Pará, historicamente líder em desmatamento da Amazônia, como sede da COP30 evidencia uma contradição: enquanto o evento discute o futuro climático, ocorre em território marcado pela necropolítica, refletida na destruição de ecossistemas, na precarização de povos tradicionais e na normalização da morte ambiental como exercício do

poder¹¹. Nessa mesma linha, a colonialidade pensada por Mignolo (2017) permite compreender como saberes e cosmologias indígenas ou tradicionais são deslegitimados frente à centralidade de discursos científicos e institucionais, sustentando estruturas de poder que definem quem tem voz e visibilidade. Assim, a marginalização simbólica de determinadas populações conecta-se diretamente à necropolítica, reforçando desigualdades socioambientais.

Esses conceitos informam diretamente a criação de uma matriz analítica pautada na teoria do enquadramento de Entman (1993), que define *framing* como o conjunto de processos comunicativos que salientam determinados aspectos da realidade para construir a definição de problema, atribuição causal, avaliação moral e sugestão de ação. Inspirados pelo método de análise de *frames* de Matthes e Kohring (2008), manifestamo-nos na premissa de que um enquadramento é composto por elementos constitutivos, cada um formado a partir de várias variáveis analíticas que, quando agrupadas sistematicamente, delineiam padrões recorrentes em múltiplos textos.

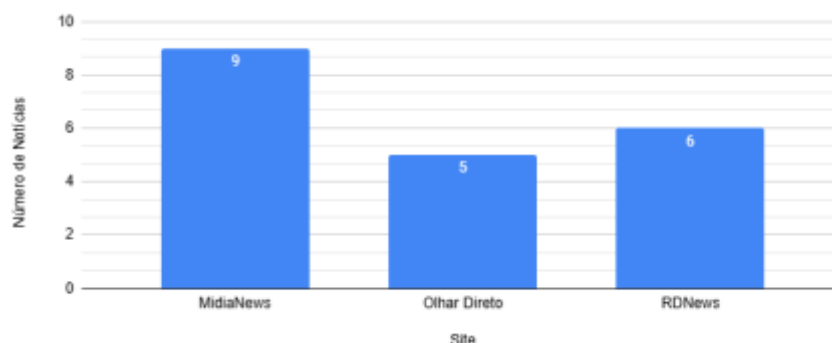
Assim, as quatro dimensões clássicas do enquadramento (definição do problema, diagnóstico causal, avaliação moral e recomendação de tratamento) são combinadas com variáveis que emergem dos três paradigmas escolhidos: (1) inclusividade ou invisibilização de vozes locais e povos tradicionais; (2) predominância de saberes técnicos e institucionais em detrimento de epistemologias locais; (3) centralidade das fontes oficiais; e (4) estilo discursivo prevalecente e sua função simbólica no debate climático.

O corpus de análise foi composto por 20 matérias publicadas entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2025 nos portais Olhar Direto, MidiaNews e RDNews. A coleta empregou a busca avançada do Google, utilizando o operador “site:” associado às grafias “cop30” e “cop 30”. Embora “COP30” seja a forma oficial, ambas foram incluídas devido ao uso simultâneo nos veículos. Esse total corresponde a todas as matérias encontradas no recorte temporal definido, abrangendo os três portais, o que evidencia a baixa centralidade da COP30 na

¹¹ O estado ainda é palco de uma das construções que mais afetaram o meio ambiente e comunidades com a remoção de ribeirinhos e indígenas durante a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Prevendo manifestações, a empresa responsável pelo empreendimento e o Ministério de Minas e Energia solicitaram apoio do governo para segurança do local durante a COP30, construindo um cenário paradoxal e controverso de disputa entre forças do governo e populações vulneráveis e historicamente impactadas pelo projeto. Disponível em: <https://shre.ink/SZ1L>. Acesso em: 14 set. 2025.

agenda informativa local e reforça a pertinência de uma análise qualitativa sobre o tratamento dado ao tema.

Gráfico 1: Matérias encontradas por site



Fonte: Os autores

Cada matéria foi submetida a leitura interpretativa e categorização conforme a matriz analítica construída, mesclando análise de conteúdo e análise crítica do discurso. Buscou-se identificar padrões narrativos, hierarquias de vozes, silenciamentos, escolhas de fontes e enquadramentos dominantes que revelem não apenas o que foi dito sobre a COP30, mas aquilo que foi omitido. A justiça climática operou como eixo transversal, orientando a atribuição de sentido aos padrões identificados e permitindo mapear as tensões discursivas entre desenvolvimento econômico, representatividade socioambiental e epistemologias subalternas. Abaixo demonstramos temas de decodificação originais da teoria de enquadramento de Entman (1993) e temas ligados a nossos eixos de interpretação:

Tabela 1: Matriz de decodificação

Categoria	Descrição
Definição de problema	O que é apontado como o problema principal ou temática
Diagnóstico de causa	Quais causas são atribuídas ao problema identificado
Avaliação moral	Como o texto julga os atores envolvidos ou os efeitos do problema
Recomendação de tratamento	Quais soluções são sugeridas ou defendidas
Inclusão de Povos e Comunidades Tradicionais	Avalia o nível de interação do veículo com PCTs ou ausência de menções a grupos vulneráveis ou populações tradicionais

Centralidade epistemológica	Predominância de fontes institucionais ou acadêmicas em detrimento de saberes locais
Estratégia discursiva	Tom da cobertura (técnico, alarmista, econômico, ambiental etc.)

Fonte: Os autores

Este mapeamento dos enquadramentos, portanto, não se limita a descrever a cobertura, mas a problematizar sua relação com a justiça climática. A ausência de vozes locais, a prevalência de uma lógica econômica em detrimento da socioambiental, e a reprodução de narrativas que desconsideram as especificidades territoriais e as demandas dos povos tradicionais são indicadores de um jornalismo que, mesmo ao abordar um evento de relevância global como a COP30, pode inadvertidamente perpetuar desigualdades e silenciamentos. A análise das variáveis da matriz permitirá compreender em que medida os portais de Mato Grosso contribuem para um debate climático mais inclusivo e justo, ou se, ao contrário, reforçam as estruturas de colonialidade e necropolítica que permeiam o cenário socioambiental do estado.

Resultados

A análise das vinte matérias selecionadas nos portais Olhar Direto, MidiaNews e RDNews, publicada entre janeiro e junho de 2025¹², revela padrões discursivos marcantes quanto à forma como a COP30 foi enquadrada na mídia regional de Mato Grosso. De maneira geral, os conteúdos jornalísticos manifestam uma cobertura que oscila entre o tecnicismo institucional e o otimismo econômico, negligenciando, com raras exceções, a perspectiva da justiça climática e a inserção de vozes de povos e comunidades tradicionais locais.

A partir das quatro dimensões propostas por Entman (1993), a definição do problema, diagnóstico de causa, avaliação moral e recomendação de tratamento, acrescidas das variáveis analíticas oriundas dos eixos de acontecimento (França, 2014), necropolítica (Mbembe, 2018), colonialidade (Mignolo, 2017), foi possível mapear os principais enquadramentos adotados pelos veículos. A ausência de diversidade de fontes, o apagamento de sujeitos

¹² Disponível em: <https://shre.ink/Syt8>. Acesso em: 13 set. 2025.

coletivos historicamente vulnerabilizados e a predominância de um discurso econômico e/ou institucional são marcas que se reiteram ao longo do corpus.

Na dimensão “Definição de problema”, a conciliação entre a exploração de recursos florestais ou preservação com o agronegócio ou oportunidades de negócios derivadas da COP30 é priorizada, em detrimento da explicitação do evento em si. Por exemplo, em “Abertura Nacional da Colheita da Soja será realizada nesta sexta-feira” (Olhar Direto, 6 fev. 2025), há contextualização política ou ambiental clara. Cenário parecido ocorre nas matérias “Sancionada lei que cria programa de incentivo a tecnologias limpas” (MidiaNews, 30 jun. 2025) e “Lei de Botelho institui programa pioneiro de tecnologias limpas” (MidiaNews, 25 jun. 2025), que promovem lei de autoria do deputado estadual Eduardo Botelho, na qual a COP aparece como citação em uma de suas falas, também sem qualquer contextualização:

Quase tudo pode ser reciclado, reaproveitado — é a chamada política circular, que é fundamental para o futuro do planeta. E é justamente esse o tema que estará em destaque na COP30, que ocorrerá no Estado do Pará, no final deste ano. (Botelho, 2025)

Para a dimensão de “Diagnóstico de causa”, temos recorrência do aparecimento de causas ligadas ao agronegócio e a pressão por preservação e apontamento à uma falta de infraestrutura industrial nacional para fortalecer a área no país. É o que ocorre em “MT integra esforços nacionais para ampliar produção de fertilizantes” (MidiaNews, 30 jun. 2025), na qual a falta de infraestrutura é verificada como causa para o “desafio de reduzir a forte dependência de fertilizantes importados”, nesse exemplo a COP30 é citada apenas como marcador temporal na fala de outro agente público/político, da secretária adjunta de Agronegócios, Linacis Lisboa: “Até a COP 30, em Belém (PA), o país deve abrir um Centro de Excelência em Fertilizantes e Nutrição de Plantas, no Rio de Janeiro”.

Em “Avaliação moral” as matérias verificam um tom otimista sobre o desenvolvimento, omitindo críticas ou reflexões sobre desigualdades territoriais ou justiça climática, mantendo o prisma de noticiar sobre o cenário do agronegócio da visão de grandes nomes do setor ou agentes públicos do governo. Um exemplo é “Expoagro deve atrair 300 mil pessoas e movimentar R\$ 200 mi, diz organização” (RDNews, 3 jul. 2025) que traz informações sobre a organização do evento anual “Expoagro” que é como uma vitrine de exposições, shows e negócios ligados à agropecuária e o foco da matéria é nos benefícios do setor para a região.

Por último, a “Recomendação de tratamento” em muitas matérias se limita a soluções institucionais, pressão por investimentos internacionais ao cobrar autoridades globais por inação e em cinco matérias não há uma construção de texto no sentido de buscar o fim do problema apresentado, apenas uma descrição da ocorrência-título. Em apenas uma é sugerido o fortalecimento da presença de PCTs em fóruns participativos estaduais, da qual faz parte de uma matéria que tem a COP30 como tema principal e foi gerada via assessoria de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), essas serão analisadas abaixo.

Dos vinte e um textos analisados, apenas quatro podem ser considerados como tendo a COP30 como tema central ou principal, mesmo assim, o termo ou contexto do evento é apresentado ou explicado para o leitor que talvez nunca tenha tido oportunidade de conhecer o que seria uma COP.

Tabela 2: Notícias tendo a COP30 como tema central ou principal

Notícia	Site	Autoria	Estratégia discursiva	Observações dos autores
Oficina prepara povos e comunidades tradicionais de MT para a COP-30	Olhar Direto	Assessoria (“Da Redação”)	Humanizado, engajado ou mobilizador	Única matéria que cita PCTs em associação à COP30, produzida por assessoria.
Secretária de Meio Ambiente não tem expectativas de soluções com a COP	Olhar Direto	Reportagem do site (autoral)	Alarmista/pessimista	A matéria reduz a complexidade da COP30 a um problema de financiamento, ignorando debates sobre justiça climática ou adaptação local. A voz dominante é a de uma autoridade governamental, sem espaço para críticas ou complementos de outros atores.
Veja momento em que Alckmin encontra papa Leão XIV e entrega convite para a	RDNews	Repost de outro veículo	Neutro/informativo	A matéria prioriza o espetáculo midiático em detrimento de conteúdo substantivo. A ausência de contexto (ex.: agenda climática do Vaticano, metas da COP30) reduz o

COP 30				fato a uma mera cortesia diplomática.
Soluções climáticas dos Estados são exemplo para a COP30	RDNews	Coluna de opinião	Técnico	Artigo da secretaria de meio ambiente de Mato Grosso. Como representante do governo, a autora não problematiza conflitos ambientais no estado (ex.: expansão do agronegócio sobre áreas protegidas, pressão sobre territórios indígenas, atuação do governo), o que pode refletir uma priorização de interesses políticos e econômicos associados ao modelo atual de desenvolvimento.

Fonte: Os autores

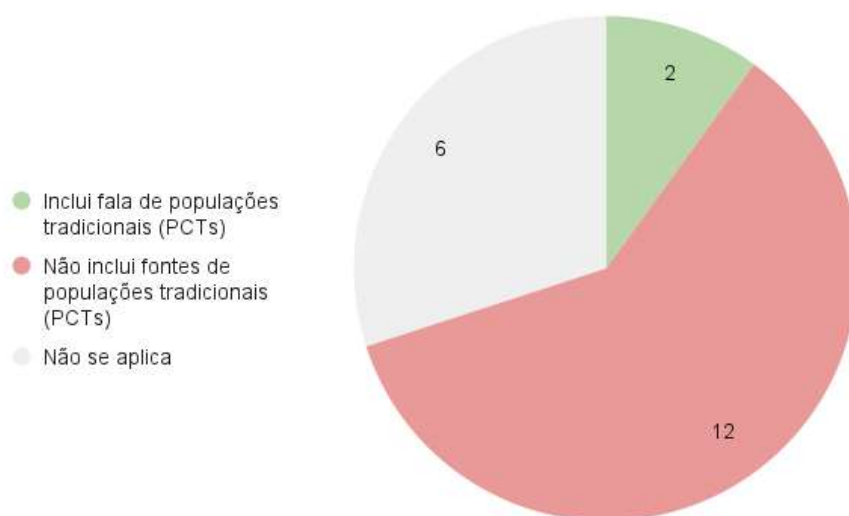
Invisibilidade de Povos e Comunidades Tradicionais: a necropolítica discursiva

A variável “inclusão de atores sociais” revela o mais gritante dos silenciamentos. Das vinte matérias analisadas, apenas duas mencionam diretamente povos e comunidades tradicionais (PCTs). A primeira¹³ trata-se de uma notícia de assessoria sobre uma oficina preparatória para a COP30, e a segunda¹⁴ se refere à participação de uma liderança indígena em um evento internacional de cinema. Ambas, embora relevantes, aparecem como exceção em um deserto de omissão sistemática.

A ausência de PCTs no debate midiático configura o que Mbembe (2018) denominaria de necropolítica simbólica: a definição de quem pode aparecer como sujeito de discurso em disputas de poder, e quem é relegado ao silêncio. Ao não incluir essas vozes, os portais contribuem para a manutenção de uma estrutura discursiva em que a centralidade do saber está circunscrita ao Estado, ao mercado e, ocasionalmente, à ciência hegemônica. Essa seria uma oportunidade de autoavaliação dos jornalistas locais para a observação crítica da escolha de fontes.

¹³ Disponível em: <https://shre.ink/SZUP>. Acesso em: 13 set. 2025.

¹⁴ Disponível em: <https://shre.ink/SZUY>. Acesso em: 13 set. 2025.

Gráfico 2: Número de contagem do item “Inclusão de atores sociais” nas matérias analisadas

Fonte: Os autores

Esse padrão de invisibilização não se manifesta apenas na ausência de falas ou entrevistas com representantes desses grupos, mas também na ausência de qualquer referência a seus modos de vida, seus territórios ou às ameaças que enfrentam em decorrência das mudanças climáticas e da expansão de atividades econômicas extrativistas. Tal apagamento não é neutro: ele reitera uma lógica colonial de silenciamento epistemológico e existencial (Mignolo, 2017).

Predominância institucional: a colonialidade na cobertura

A variável “centralidade epistemológica” aponta para um forte predomínio de fontes institucionais e governamentais, em detrimento de outras formas de conhecimento. Em 18 das 20 matérias, as informações são fornecidas exclusivamente por representantes de órgãos públicos, especialistas técnicos ou fontes do setor produtivo. As únicas exceções ocorrem nas já citadas matérias com menção a povos tradicionais.

O silenciamento das epistemologias locais — saberes indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas — está diretamente relacionado à colonialidade (Mignolo, 2017). A exclusão dessas vozes da esfera pública midiática opera uma reatualização da hierarquia epistêmica que estrutura o jornalismo climático em Mato Grosso. Nessa lógica, os saberes tidos como legítimos são aqueles produzidos por instituições formais e validados por critérios técnicos, enquanto os saberes tradicionais não são valorizados ou aparecem em detrimento de um técnico.

Esse processo é reforçado pelo fato de que a maior parte das matérias são oriundas de assessorias de imprensa e comunicados oficiais. A adoção do modelo de “jornalismo declaratório” (Chagas; Cruz, 2022) esvazia o potencial crítico da mídia e limita sua função pública, sobretudo em temas complexos como a emergência climática. Conforme aponta França (2014), a mediação simbólica operada pela imprensa não é apenas uma seleção de fatos, mas uma produção ativa de sentidos. Ao optar por reproduzir, quase exclusivamente, discursos governamentais e empresariais, os portais analisados endossam determinada leitura da realidade e marginalizam outras possibilidades de interpretação.

O enquadramento econômico e a promessa de um futuro sustentável

No tocante à dimensão dos enquadramentos, observou-se uma predominância de narrativas que conciliam desenvolvimento econômico e sustentabilidade. Tal enquadramento aparece em diversas matérias, especialmente aquelas que tratam da ampliação da produção agrícola, de programas de incentivo a tecnologias limpas e de eventos vinculados ao agronegócio. A COP30, quando mencionada, surge como um horizonte retórico para reforçar o compromisso do estado com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), mesmo que não haja, nas matérias, problematização sobre os impactos ambientais das atividades econômicas dominantes.

Um exemplo é a matéria “A Transparência como instrumento para a Conservação das Florestas Brasileiras”¹⁵, artigo do presidente do Fórum Nacional da Base Florestal e diretor do Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira de Mato Grosso (CIPEM), que defende a conciliação da exploração econômica com conservação como resposta à pressão externa por sustentabilidade.

A avaliação moral dos atores envolvidos raramente recai sobre o setor produtivo. Ao contrário: o agronegócio, a indústria e o poder público local são frequentemente apresentados como protagonistas virtuosos da transformação ecológica. Nesse caso citado, são sugeridas concessões de florestas para exploração de produtos florestais, principalmente madeira, delegando aos

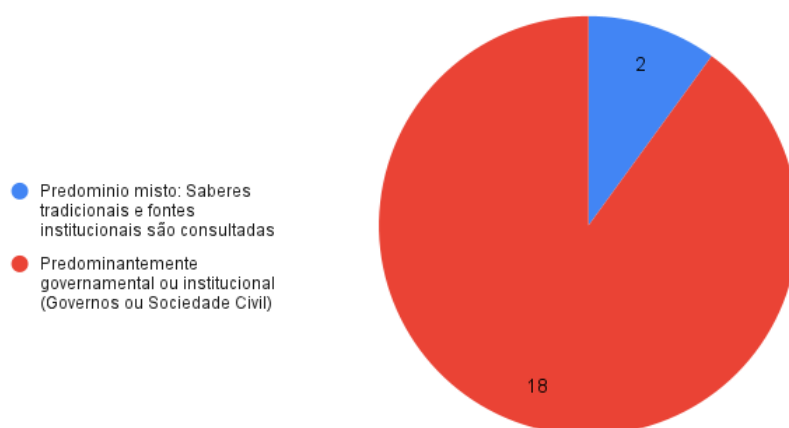
¹⁵ Disponível em: <https://shre.ink/SZUO>. Acesso em: 13 set. 2025.

concessionários a responsabilidade de conservação da floresta e desenvolvimento de comunidades que porventura ocupem a área. Já os problemas estruturais, como a desigualdade socioambiental, a violência contra defensores ambientais e o racismo ambiental, sequer são mencionados. A justiça climática, nesse cenário, permanece como uma ausência significativa, não permitindo que a opinião pública tenha conhecimento de problemáticas associadas ao tema.

Estratégias discursivas e tom predominante: entre o tecnicismo e o espetáculo

A leitura das matérias à luz do conceito de acontecimento, conforme delineado por Renné França (2014), permite compreender a pré-cobertura da COP30 não apenas como relato jornalístico de um evento futuro, mas como construção simbólica em disputa. O acontecimento, como propõe o autor, não se limita a algo que simplesmente “ocorre”, mas é, sobretudo, um marco narrativo que reestrutura temporalidades, não à toa o evento é evocado tangencialmente como um marco de importância para a política ambiental nas matérias. Trata-se de um momento que convoca interpretações e reordena significações, e que, justamente por isso, torna-se central na análise do discurso midiático.

Sob esse prisma, observa-se que os portais de Mato Grosso, ao abordarem a COP30, mobilizam o acontecimento geralmente atrelando-o a calendários políticos, lançamentos institucionais ou agendas econômicas. Ao invés de tensionar as estruturas em jogo, como as contradições entre o avanço do agronegócio e a degradação ambiental, ou entre a presença do evento no Sul Global e o apagamento de vozes indígenas e tradicionais, as matérias reforçam um lugar estável e institucional para a conferência, o que reduz seu potencial disruptivo de mudança real para mitigação das mudanças climáticas. O gráfico abaixo demonstra a predominância de falas institucionais entre políticos, advogados, empresários e outros:

Gráfico 3: Número de contagem do item “Centralidade epistemológica” nas matérias analisadas

Fonte: Os autores

Nesse sentido, a abordagem do acontecimento nos portais analisados reafirma a centralidade da lógica institucional e técnico-governamental, silenciando a potência crítica da conferência enquanto marco geopolítico e socioambiental. A pré-cobertura da COP30, tal como se apresenta, ainda não parece ter reconhecido o evento como campo simbólico de disputa, reforçando a COP com um espaço de elite global, no qual líderes discutem sem tutela o destino de povos que sofrem primeiro os desastres causados pela degradação de seus territórios.

Considerações finais

A análise da “estratégia discursiva” mostra três padrões principais de abordagem nos portais: o tecnicismo institucional, o entusiasmo econômico e o sensacionalismo alarmista. O primeiro se manifesta em matérias que celebram ações governamentais ou legislações ambientais como conquistas objetivas, sem espaço para crítica ou análise das limitações. O segundo, marcado por termos como “avanço”, “crescimento” e “investimento”, aparece especialmente em textos sobre o agronegócio e infraestrutura. Já o terceiro, sensacionalismo, é comum em matérias importadas de veículos nacionais ou internacionais, que dramatizam a crise climática ou tratam figuras públicas como celebridades ambientais.

Em nenhum dos três casos, no entanto, há espaço para uma abordagem dialógica ou pedagógica da crise climática. A complexidade dos desafios enfrentados por Mato Grosso, enquanto território amazônico e fronteira agrícola, é substituída por um discurso de otimismo técnico ou de indignação

superficial. Isso dificulta a formação de uma cidadania ambiental crítica e engajada, o que compromete o papel da imprensa enquanto instância de mediação pública do debate climático.

Revela-se então uma estrutura narrativa que, ao invés de tensionar as contradições locais frente ao maior evento climático do planeta, acaba por reforçá-las. A ausência de vozes subalternizadas, a centralidade de saberes institucionais e a redução do acontecimento à sua dimensão técnico-burocrática apontam para uma cobertura que opera, sobretudo, como reprodutora da colonialidade (Mignolo, 2017). Em vez de reconhecer a multiplicidade de perspectivas que atravessam o território mato-grossense, especialmente as de povos e comunidades tradicionais, os portais privilegiam fontes oficiais e empresariais, reafirmando a naturalização do agronegócio como modelo hegemônico de desenvolvimento e apagando formas alternativas de existência e resistência.

Embora a realização da COP30 na Amazônia Legal represente, em si, um acontecimento de alta potência simbólica (França, 2014), essa potência é em grande parte diluída nas narrativas analisadas. A conferência, quando não reduzida a um marco abstrato de política ambiental, aparece subordinada a agendas locais que pouco dialogam com os conflitos estruturais que marcam o território. A cobertura ignora, por exemplo, os efeitos desiguais das mudanças climáticas sobre populações tradicionais, os riscos concretos da flexibilização da legislação ambiental, como o Projeto de Lei que propõe a redução da reserva legal em Mato Grosso, e a violência contra defensores ambientais. Assim, ao invés de promover uma mediação simbólica que amplifique a pluralidade do debate climático, o jornalismo regional contribui para a manutenção de um campo discursivo restrito, hierarquizado e excludente.

Em termos de enquadramento, observa-se uma prevalência de *frames* que associam o desenvolvimento econômico à sustentabilidade, sem questionar os limites desse modelo nem considerar as contradições internas a ele. A justiça climática, conceito central para a análise proposta, permanece ausente ou esvaziada nas matérias, não apenas pela ausência do termo, mas pela exclusão dos sujeitos que o encarnam em sua experiência cotidiana. A invisibilidade das lideranças indígenas, quilombolas, ribeirinhas e camponesas, cujos modos de vida estão diretamente ameaçados pela crise climática, não é apenas um déficit de representatividade, mas uma forma de necropolítica discursiva (Mbembe, 2018), que determina quem pode falar, quem deve ser ouvido e quem pode ser ignorado na esfera pública midiática.

Diante disso, este estudo propõe algumas recomendações para a prática jornalística local, com vistas à construção de uma cobertura mais justa, plural e comprometida com a complexidade do território. Ampliar a diversidade de fontes é fundamental: a inclusão de lideranças indígenas, quilombolas, extrativistas e organizações de base rompe processos de invisibilização e incorpora saberes situados sobre a crise climática. Relacionar a COP30 aos conflitos locais evita que a cobertura desconsidere temas como a redução da reserva legal, os impactos do agronegócio e os retrocessos na proteção dos biomas, cabe à imprensa atuar como ponte crítica entre escalas. Rever o enquadramento da sustentabilidade também é necessário, superando o uso genérico de termos como “verde” e “limpo” e evidenciando as contradições de projetos que se apresentam como sustentáveis, mas operam mediante exclusão e esgotamento dos bens comuns.

Por fim, cabe reconhecer os limites e as potências desta pesquisa. O corpus é quantitativamente restrito, o que, por outro lado, permitiu uma abordagem qualitativa aprofundada. O que está em jogo, mais do que a descrição das matérias, é a compreensão do papel da imprensa na disputa por sentidos sobre a crise climática e seus desdobramentos no território. A pré-cobertura da COP30 oferece uma amostra significativa das lacunas do jornalismo ambiental regional, mas também aponta caminhos possíveis de transformação. Se a comunicação é campo de disputa, é também espaço de reconstrução: e é justamente nesse interstício que o jornalismo pode, e deve, operar em nome de uma justiça climática radical e plural.

Bibliografia

ABERNATHY, Penelope Muse. **The Expanding News Desert**. North Carolina: Center for Innovation and Sustainability in Local Media, 2018.

CHAGAS, Luã José Vaz Chagas; CRUZ, Marcio Camilo da. Jornalismo declaratório na cobertura eleitoral e a dependência das fontes oficiais. **Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 108–123, 2022. DOI: 10.25200/SLJ.v11.n2.2022.494. Disponível em: <https://revue.surlejournalisme.com/slj/article/view/494>. Acesso em: 20 nov. 2025.

ENTMAN, Robert Mathew. Framing: toward a clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993. Disponível em: <https://academic.oup.com/joc/article-abstract/43/4/51/4160153?redirectedFrom=fulltext&login=false>. Acesso em: 14 set. 2025.

FRANÇA, Renné Oliveira. Acontecimento. In: FRANÇA, Vera Veiga; MARTINS, Bruno; MENDES, André (Org). **Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS): Trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação**. Belo Horizonte: PPGCOM, 2014.

MARTÍN BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MATTHES, Jörg; KOHRING, Matthias. The content analysis of media frames: Toward improving reliability and validity. **Journal of Communication**, v. 58, n. 2, p. 258-277, 2008. Disponível em: <https://academic.oup.com/joc/article-abstract/58/2/258/4098358?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 14 set. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>. Acesso em: 14 set. 2025.

MILANEZ, Bruno; FONSECA, Igor Ferraz. Justiça climática e eventos climáticos extremos: o caso das enchentes no Brasil. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental – IPEA**, Brasília, v. 1, n. 4, p. 93-101, jul. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/items/fe761150-ad6a-4293-8063-9cc9adcabb2d>. Acesso em: 14 set. 2025.

ORESKE, Naomi; CONWAY, Erik M. Defeating the merchants of doubt. **Nature**, v. 465, n. 7299, p. 686-687, 2010.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policy Making**. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

Recebido em: 02/10/2025

Aceito em: 04/02/2026